



Documento Assinado Digitalmente por: EDSON LOPES CAVALLCANTE, HILDEBRANDO CARVALHO DE FREITAS
Acesse em: <https://stce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d3e6344b-6162-4ec9-9ba3-d665ce91f05a

Prefeitura Municipal
De Lagoa do Ouro



Demonstração Contábil

Balanço Financeiro

BF

2021

Publicado em março de 2021



Documento Assinado Digitalmente por: EDSON LOPES CAVALCANTE, HILDEBRANDO CARVALHO DE FREITAS
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d3e6344b-6162-4ec9-9ba3-d665ce91f05a



BF

2021

Balanço Financeiro

Demonstração Contábil

Departamento de Contabilidade

Publicado em março de 2022.



APRESENTAÇÃO

O Balancete Financeiro (BF) foi elaborado em conformidade com o Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, o qual teve sua estrutura atualizada pela Portaria STN nº 438/2012, bem como está aderente ao item 3, da Parte V, da 8ª edição do Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP), conforme Portaria STN nº 877, de 18 de dezembro de 2018, bem como pelas Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 06.

Os registros contábeis de natureza orçamentária e financeiras utilizados na elaboração deste balanço sofreu interferência de maneira subsidiária pelas normas brasileiras e internacionais de contabilidade aplicadas ao setor público, editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade e pela International Federation of Accountants (IFAC), respectivamente.

As operações que deram suporte ao levantamento deste balanço foram registradas em sistemas informatizados em partidas dobradas os quais atendem ao padrão mínimo exigido pelo Decreto Federal nº 7.185, de 27 de maio de 2010. Tais operações foram realizadas durante o ano por servidores municipais efetivos e comissionados, supervisionados pelos diretores de contabilidade dentro de suas respectivas repartições, com o suporte orientativo pela equipe de Assessoria administrativa e Contábil (Contabilize).

O balanço tem por objetivo apresentar o fluxo financeiro da entidade, decorrente das operações orçamentárias e extraorçamentárias apuradas durante todo o exercício de 2021, a qual resulta em aumento ou diminuição das disponibilidades financeiras ao compararmos saldos iniciais e finais.

Integra-se ao balanço as notas explicativas, elaboradas em conformidade com o MCASP e Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021, conforme anexos XIX e XX, além de apresentar o Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais (PIPCP) com seus respectivos prazos de adesão.

Para melhor compreensão por parte dos usuários da informação contábil, foram feitos ajustes na estrutura do balanço para atender as exigências do Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) criado pelo TCEP.

Analisando os dados do balanço, o resultado financeiro do exercício de 2021 foi de R\$ 2.045.764,53 superavitário. A seguir será apresentado o Balanço Financeiro na íntegra e na sequência as Notas Explicativas.

EDSON LOPES CAVALCANTE
PREFEITO

HILDEBRANDO CARVALHO DE FREITAS
CONTADOR
CRC – PE 026891/0-3



Documento Assinado Digitalmente por: EDSON LOPES CAVALCANTE, HILDEBRANDO CARVALHO DE FREITAS
Acesse em: <https://stc.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: d3e6344b-6162-4c9-9ba3-d665ce91f05a



BF

2021

Balanço Financeiro

Demonstração Contábil

Departamento de Contabilidade



Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro

Secretaria de Finanças

Departamento de Contabilidade

BALANÇO FINANCEIRO

Balanços Gerais - Exercício de 2021



Documento Assinado Digitalmente
Acesse em: https://eicce.org.br/portal/assinado

INGRESSOS	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I) NOTA 1		38.035.435,00	31.456.235,91
Ordinária		19.922.217,24	18.530.105,67
Vinculada		18.093.217,76	12.926.039,94
Recursos Vinculados à Educação		15.698.694,61	12.678.782,66
Recursos Vinculados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Assistência Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		2.394.523,15	247.256,18
Transferências Financeiras Recebidas (II) NOTA 2		0,00	28.500,00
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		0,00	28.500,00
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III) NOTA 3		3.717.850,67	2.377.667,88
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		160.729,51	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		1.540.409,92	97.862,83
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		2.016.711,24	2.249.904,05
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	29.890,02
Saldo do Exercício Anterior (IV) NOTA 4		253.936,38	1.891.270,85
Caixa e Equivalentes de Caixa		253.936,38	1.891.270,85
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados NOTA 5		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		42.006.682,05	35.753.687,74

Edson Lopes Cavalcante
Prefeito

Hildebrando Carvalho de Freitas
Contador
CRC – PE 026891/0-3



BALANÇO FINANCEIRO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO OURO – ESTADO DE PERNAMBUCO

Demonstração Contábil da Entidade Exercício de 2021.

Notas Explicativas (De acordo com os Anexos XIX e XX da Resolução TCE-PE nº 153, de 15 de dezembro de 2021).

(ANEXO 13 – BALANÇO FINANCEIRO DA LEI Nº 4.320/64 – MCASP)

I. INFORMAÇÕES GERAIS:

a. Nome do órgão ou entidade responsável pela consolidação;

Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro

b. CNPJ:

11.286.267/0001-03.

c. Natureza jurídica (conforme código da RFB):

A Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro -PE concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124- 4 Município.

d. Domicílio do órgão ou entidade:

Rua Progresso, nº 62, bairro Centro, CEP: 55.320-000

e. Natureza das operações e principais atividades do órgão ou entidade:

A Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro-PE concebida quanto a natureza jurídica perante a Receita Federal do Brasil através do código 124-4 “Município” possui como atividade principal “a administração pública geral”. Tem como atividade principal a manutenção das ações e serviços públicos municipais de administração geral. A natureza de suas operações deriva da arrecadação de receitas correntes e de capital, além de repasses dos governos estadual e federal através dos repasses fundo a fundo ou de convênios (receitas de capital). Eventualmente podem ser vistos repasses recebidos e concedidos através das transferências financeiras

f. Declaração de conformidade com a legislação e com as normas de contabilidade aplicáveis: Este balanço foi elaborado de acordo com a estrutura definida no Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64, atualizado pelas portarias STN nº 438/2012 e nº 877/2018, que estabeleceu o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), 8ª Edição, bem como orientações das Instruções de Procedimentos Contábeis (IPC) nº 07. Os registros contábeis estão aderentes as regras estabelecidas na Portaria Conjunta STN/SOF nº 06, de 18 de dezembro de 2018, Portaria Conjunta STN/SOF nº 07, de 18 de dezembro de 2018 e Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC), com destaque para a NBC TSP Estrutura Conceitual, NBC TSP nº 11 - Apresentação das Demonstrações Contábeis, e NBC TSP nº 17 – Apresentação de Informações Orçamentárias nas Demonstrações Contábeis. As situações contábeis não previstas na legislação e nas normas de contabilidade foram tratadas segundo as regras do International Federation of Accountants (IFAC) através das International Public Sector Accounting Standards (IPSAS) das quais destacamos as de número 1 e 35. Quanto aos aspectos de escrituração e consolidação das contas este demonstrativo atende as exigências contidas no art. 50 da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). Por fim, declaramos que este demonstrativo



atende as exigências normativas e legais estabelecidas para a contabilidade aplicada ao setor público e está aderente as regras estabelecidas pelo Índice de Consistência e Convergência Contábil (ICC) do TCE-PE.

g. Abrangência de Entidades na Consolidação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil abrange exclusivamente as informações individuais do Prefeitura Municipal de Lagoa do Ouro.

h. Nome do Gestor Fundo

Edson Lopes Cavalcante, Prefeito, Gestão 01/01/2021 a 31/12/2022.

i. Nome, CRC e e-mail do(a) Contador(a) responsável:

Hildebrando Carvalho de Freitas, CRC 026891/0-3, e-mail brandocarvalho@hotmail.com

II. RESUMO DAS POLÍTICAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS:

a. Resumo das políticas contábeis significativas:

A seguir serão apresentados os principais critérios e políticas contábeis adotados no âmbito da entidade, que afetaram a elaboração especificamente do Balanço Financeiro, tendo em consideração as opções e premissas da legislação afeta a contabilidade aplicada ao setor público.

b. Bases de mensuração utilizadas e demais informações pertinentes:

♣ O balanço financeiro foi elaborado sobre o regime misto. Ou seja, de caixa para as receitas e competência para as despesas, conforme art. 35 da Lei Federal nº 4.320/64, realizando ao final do exercício, a inscrição dos restos a pagar processados e não processados no lado dos ingressos extraorçamentários.

♣ A moeda utilizada para os registros contábeis foi o real com valores históricos e constante.

♣ Para estruturação do balanço e conseqüente apuração do resultado financeiro foram utilizadas as classes do plano de contas 1 (Ativo) e 2 (Passivo) para os recebimentos e pagamentos extraorçamentários de depósitos restituíveis e valores vinculados, saldo em espécie do exercício anterior e saldo em espécie para o exercício seguinte. Foi utilizado a classe 3 (Variações Patrimoniais Diminutivas), para as transferências financeiras concedidas e classe 4 (Variações Patrimoniais Aumentativas), para as transferências financeiras recebidas. A classe 5 (Orçamento Aprovado) serviu para o registro da inscrição de restos a pagar e classe 6 (Execução do Orçamento) para o devido registro das receitas orçamentárias e despesas orçamentárias, além dos pagamentos de restos a pagar.

♣ As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes.

♣ Foi incluído no saldo em espécie anterior e final a linha investimentos e aplicações temporárias do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, em conformidade com as Resoluções CMN nºs 3.992/2010 e 4.392/2014. Esta classificação está em conformidade com o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 8ª Edição, tanto em relação a estrutura do plano de contas, como a estrutura das demonstrações contábeis no Anexo V, além de atender o IPC nº 00. Estes valores são idênticos a linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

♣ O resultado financeiro representa o confronto entre ingressos e dispêndios, orçamentários e extraorçamentários, que ocorreram durante o exercício e alteraram as



disponibilidades das entidades municipais consolidadas. No BFI é possível realizar a apuração do resultado de duas maneiras obedecendo as seguintes equações:

MODO 1

Saldo em Espécie para o Exercício Seguinte (-) Saldo em Espécie do Exercício Anterior = Resultado Financeiro do Exercício

MODO 2

Receita Orçamentária + TFR + Recebimentos Extraorçamentários (-) Despesa Orçamentária (-) TFC (-) Pagamentos Extraorçamentários = Resultado Financeiro do Exercício.

c. Novas normas e políticas contábeis alteradas:

Não houve mudanças nas políticas contábeis que impliquem em alterações significativas no BFI decorrentes de normas de contabilidade ou que tenham por objetivo tornar a informação confiável e relevante sobre os efeitos das transações ou outros eventos ou condições acerca da posição orçamentária ou dos fluxos de caixa

d. Julgamentos pela aplicação das políticas contábeis:

Não há julgamentos pela aplicação das políticas contábeis significativas quanto ao BFI. A classificação de ativos, a constituição de provisões, o reconhecimento de variações patrimoniais e a transferência de riscos e benefícios significativos sobre a propriedade de ativos para outros órgãos e entidades serão apontados nas notas explicativas do balanço patrimonial, caso existam.

III. INFORMAÇÕES DE SUPORTE E DETALHAMENTO DE ITENS APRESENTADOS NAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS ATRAVÉS DAS REFERÊNCIAS CRUZADAS:

a. Nota 1 RECEITA ORÇAMENTÁRIA: O valor total das receitas públicas arrecadadas no exercício de 2021 foi de R\$ 38.035.435,00

b. Nota 2 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS: O valor contabilizado das transferências financeiras recebidas para execução orçamentária foi de R\$ 0,00 e para cobertura do déficit financeiro do RPPS de R\$ 0,00.

c. Nota 3 RECEBIMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os ingressos extraorçamentários totalizam R\$ 3.717.850,67

d. Nota 4 SALDO EM ESPÉCIE DO EXERCÍCIO ANTERIOR: O valor disponível em bancos em 31/12/2010 foi de R\$ 253.396,38, não obtendo valores em investimentos e aplicações temporárias. Foi incluído no saldo em espécie anterior na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 0,00 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN n°s 3.992/2010 e 4.392/2014, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público (MCASP) 8ª Edição, bem como em conformidade com o IPC nº 00. Estes valores são idênticos a linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

e. Nota 5 DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E OUTROS RENDIMENTOS: Não houve saldo de depósitos restituíveis e valores vinculados neste exercício.

f. NOTA 6 DESPESA ORÇAMENTÁRIA: A despesa orçamentária empenhada no exercício foi de R\$ 31.113.025,77



g. Nota 7 TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDIDAS: O valor das transferências financeiras concedidas foi de R\$ 6.355.282,74.

h. Nota 8 PAGAMENTOS EXTRAORÇAMENTÁRIOS: Os desembolsos extraorçamentários totalizaram R\$ 2.239.212,63.

i. Nota 9 SALDO EM ESPÉCIE PARA O EXERCÍCIO SEGUINTE: O valor disponível em bancos em 31/12/2021 foi de R\$ 2.229.260,91 não havendo valores em investimentos e aplicações temporárias. Foi incluído no saldo em espécie para o exercício seguinte na linha investimentos e aplicações temporárias o valor de R\$ 0,00 do nível 1.1.4 por se tratar de investimentos realizados pelo RPPS em títulos de emissão do Tesouro Nacional, efetuados em conformidade com as Resoluções CMN n°s 3.992/2010 e 4.392/2014, classificados neste nível conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP 8ª e IPC 00. Estes valores são idênticos a linha "Investimentos e aplicações temporárias a curto prazo" no Ativo Circulante do Balanço Patrimonial.

j. Nota 10 DEPÓSITOS RESTITUÍVEIS E OUTROS RENDIMENTOS: Não houve valor de depósitos restituíveis e valores vinculados foi no exercício de 2021.

IV. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES:

a. Passivos contingentes e compromissos contratuais não reconhecidos: Os ativos e passivos contingentes poderão ser reconhecidos nas demonstrações contábeis nas contas de controle dos atos potenciais ativos e passivos não interferindo no BFI.

b. Divulgações não financeiras: Não se aplica a este demonstrativo.

c. Reconhecimento de inconformidades que podem afetar a compreensão do usuário sobre o desempenho e o direcionamento das operações da entidade no futuro: Não há registro de eventos que possam afetar a compreensão do usuário quanto ao desempenho futuro das operações da entidade.

d. Ajustes decorrentes da omissão e erros de registros: Não há o que registrar quanto a este demonstrativo.

V. SALDOS SIGNIFICATIVOS DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA MANTIDOS, MAS QUE NÃO ESTEJAM DISPONÍVEIS PARA USO IMEDIATO POR RESTRIÇÕES LEGAIS OU CONTROLE CAMBIAL:

Saldo em 31/12/2021

0,00

VI. INFORMAÇÕES RELEVANTES SOBRE TRANSAÇÕES DE INVESTIMENTOS E FINANCIAMENTOS QUE NÃO ENVOLVEM O USO DE CAIXA:

Saldo em 31/12/2021

0,00

VII. DESCRIÇÃO DE AJUSTES RELACIONADOS ÀS RETENÇÕES, BEM COMO OUTRAS OPERAÇÕES QUE IMPACTEM SIGNIFICATIVAMENTE O BALANÇO FINANCEIRO, SE HOUVER:

As retenções são consideradas como pagas no momento do pagamento, em contrapartida com contas do grupo extraorçamentários e apropriados orçamentariamente para cada caso, não implicando em interferência no saldo em espécie que necessitem de eventuais ajustes. Ademais, não houve operações que impactem significativamente o BF e necessitem de ajustes.



VIII. INFORMAÇÕES ADICIONAIS EXIGIDAS PELO ANEXO XIX E XXI DA RESOLUÇÃO TCE-PE Nº 153/2021 E PELO ÍNDICE DE CONSISTÊNCIA E CONVERGÊNCIA CONTÁBIL (ICC) DO TCE-PE:

a. Estrutura e Apresentação das Demonstrações Contábeis: Esta demonstração contábil atende as exigências do Índice de Consistência Contábil (ICC) do TCE-PE, apresentando a receita orçamentária realizada e a despesa orçamentária executada, por fonte/destinação de recursos discriminando as ordinárias e as vinculadas; os recebimentos e pagamentos extraorçamentários; as transferências financeiras recebidas e concedidas, decorrentes ou independentes da execução orçamentária; e o saldo em espécie do exercício anterior e para o exercício seguinte (caixa e equivalente de caixa e depósitos restituíveis e valores vinculados). O demonstrativo também evidencia em coluna específica os valores do exercício anterior permitindo a comparação de valores e a análise vertical ou horizontal. Por fim, o demonstrativo apresenta consistência entre as contas filhas e mães dos grupos de contas.

b. Segregação das Transferências Financeiras recebidas e concedidas:

Transferência Financeira Recebidas (TFR)		
Descrição	Exercício atual	Exercício anterior
Transferências Financeiras Recebidas (II) Nota 02	0,00	28.500,00
Para Execução Orçamentaria	0,00	28.500,00
Independente de Execução Orçamentária – Intra oFSS	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS	0,00	0,00

Transferência Financeira Concedidas (TRC)		
Descrição	Exercício atual	Exercício anterior
Transferências Financeiras Concedidas (II) Nota 07	6.335.282,74	5.662.032,78
Para Execução Orçamentaria	6.335.282,74	5.662.032,78
Independente de Execução Orçamentária – Intra oFSS	0,00	0,00
Para Cobertura de Déficit Financeiro do RPPS	0,00	0,00

c. Detalhamento das Deduções das Receitas Orçamentárias por fonte de recurso:

Rubrica	Fonte de Recursos Próprios	Fonte de Recursos Vinculados
Cota parte do FPM.	3.136.995,39	0,00
Cota parte do ITR.	826,15	0,00
ICMS Desoneração LC 87/96.	0,00	0,00
ICMS Estado	1.227.605,18	0,00
IPVA	102.655,00	0,00
Remunerações do RPPS	4.811,57	0,00
Total	4.522.903,29	0,00

Pela natureza e estrutura do demonstrativo as receitas foram evidenciadas pelos valores líquidos após o abatimento das deduções na fonte de recursos ordinários e do RPPS.



Desta forma, a receita bruta total foi de R\$ 42.558.338,29 enquanto as deduções somam R\$ (4.552.903,29) representando o valor líquido de R\$ 38.035.435,00

EDSON LOPES CAVALCANTE
PREFEITO

HILDEBRANDO CARVALHO DE FREITAS
CONTADOR
CRC – PE 026891/0-3